



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

A linguagem como intervenção política: uma análise sobre a contribuição de Quentin Skinner

Débora Regina Vogt¹

Resumo

Após o *giro lingüístico* é possível perceber, no âmbito da historiografia, uma aproximação da história em relação à lingüística e a teoria literária. Uma das conseqüências desta relação é a problematização quanto às questões de sentido presentes tanto em nossas fontes como nos textos que produzimos. Se a língua não é mero acessório, que reflete certo mundo político e intelectual, é possível vê-la como prática política e elemento de intervenção e de debate. Através da análise da contribuição do historiador inglês Quentin Skinner, desejo, através deste artigo, demonstrar a metodologia do professor que, embora concebida, primeiramente, para textos clássicos da filosofia, pode ser pensada para textos literários em seu sentido mais amplo, de modo a perceber a prática literária também como prática política.

Palavras-chave: Quentin Skinner x linguagem x literatura x filosofia

Abstract

After *turning language* can understand in the historiography's context, an approximation of history in relation to linguistics and literary theory. One consequence of this relationship is problematic regarding the issues of meaning present in both our sources as the texts we produce. If the language is not a mere accessory, which reflects a certain intellectual and political world, you can see it as a political practice and an element of response and debate. Through analysis of the contribution of the British historian Quentin Skinner, desire, through this article, demonstrate the methodology of the teacher, although designed primarily to classical texts of philosophy, it is possible to think of it for literary texts in the broadest sense, in order to understand the practice of literary as political practice.

Keywords: Quentin Skinner x Language x literature x philosophy

Objetividade, a “extinção do eu” como condição da visão pura (...), significa a abstenção, de parte do historiador, a outorgar louvor ou opróbrio, ao lado de uma atitude de perfeita distância com a qual ele deveria seguir o curso dos eventos conforme foram revelados em suas fontes documentais. (...). Objetividade, em outras palavras, significava não interferência, assim como não discriminação. Dessas duas, a não discriminação, abstenção de louvor e de reprovação, era obviamente muito mais fácil de atingir do que a interferência; *toda escolha de material em certo sentido interfere na história, e todos os critérios para a escolha dispõem o curso histórico dos eventos sob certas condições artificiais, que são muito similares às condições prescritas pelo cientista natural a processos naturais no experimento [grifos meus]*².

Durante muito tempo (talvez até hoje), os profissionais das ciências humanas preocuparam-se com a influência do sujeito sobre o objeto. Desejávamos estudá-los “puros”, sem as deturpações de nosso tempo, pensamentos, desejos e prazeres. Tendo como modelo nossos colegas estudiosos das ciências exatas (ou no que imaginamos sobre eles³), almejávamos estudar nosso objeto numa espécie de laboratório, fechado, onde as próprias fontes pudessem nos esclarecer “o que realmente aconteceu”.

Contudo, as muitas faces de um documento, de um “resto do passado”, podem nos levar (e nos levam) a dizer coisas contraditórias sobre o mesmo texto. Escrito em outros contextos, com outras convenções linguísticas, alguns ângulos do objeto nos escapam e nos levam a relacionar com elementos textuais que para nós fazem sentido, mas não necessariamente fizeram para nosso autor do passado, que já não existe, mas que nos deixou seu registro, lacunar e aberto (embora não totalmente) às interpretações contemporâneas. Se, por um lado, os documentos, por certo, nos limitam acerca das possibilidades de interpretações, por outro lado, as palavras mudam mais - ou menos - velozmente que os elementos do real a quem se referem. Além disso, os sentidos e significados de determinados vocábulos nunca são os mesmos para quem ouve a mesma frase ou lê o mesmo livro. Nossa leitura nunca se dá no vazio. Ela se relaciona com outras leituras, conceitos e ligações que fazemos no caminho de entendimento de certo texto ou conceito.

Embora exista um campo de tensão entre nossa interpretação e as possibilidades que o texto nos dá, as palavras não tem significado “em si”, mas mudam de acordo com o período histórico, grupo linguístico e interlocutores. Isso significa dizer que certos termos podem mudar completamente de sentido ou até perder qualquer significado aos ouvintes contemporâneos. A leitura e a interpretação podem ser pensadas, portanto, tanto como campo de tensão como enquanto um processo dialógico, intersubjetivo, mas também social. Acreditarmos na possibilidade de uma leitura pura e “mais verdadeira” seria negar a historicidade e limitação de nosso próprio conhecimento.

Se atualmente a separação do sujeito e objeto, herança cartesiana, é questionada em diversos meios, em nossa área, já há alguns anos, após o chamado *giro linguístico*⁴, muito se tem escrito e debatido sobre a nossa interpretação e limitação acerca do conhecimento sobre o passado. Assim como nossos objetos, somos historicamente colocados, inseridos numa complexa rede de relações: acadêmicas, institucionais e pessoais. Elas nos abrem possibilidades de diálogos e leituras; mas com a mesma velocidade que nos abrem certas portas, nos fecham outras, que poderiam nos revelar outros horizontes.

Entretanto, da mesma maneira que nossa leitura sob o objeto não é e nem poderia ser neutra, existe uma interferência do objeto sobre o pesquisador. Embora, primeiramente, parta do próprio historiador a escolha da fonte (ou das fontes) com a qual vai trabalhar, o objeto delinear-se-á sobre o seu leitor, caminhos, diálogos e leituras que num primeiro momento, talvez, não sejam imaginadas. E como um sujeito que monta um imenso quebra cabeça sem antes ter visto a figura completa, nós montamos peças e testamos possibilidades, nem todas corretas, nem todas compartilhadas. No entanto, a cada leitura novos horizontes se abrem, janelas que nos levarão a novas redes e outras possibilidades de análise de algo que, inicialmente, parecia limitado e único.

Após o *giro linguístico* e a posterior ampliação dos horizontes historiográficos, muitos historiadores vieram a se deter sobre objetos que não eram, a priori, de interesse dos que faziam da história seu ofício. Textos literários, quadros, entre outros, passaram a ser vistos não só como “reflexo” das estruturas políticas e econômicas, mas como fontes que poderiam nos fazer entender certo contexto social. Além disso, em termos de discussões teóricas é possível perceber uma clara aproximação da história com questões referentes à linguística e à literatura, através de discussões referentes à forma dos textos e à linguagem, nosso instrumento primordial de trabalho.

No entanto, durante algum tempo, pensamos que esse elemento, estético, era um mero artefato que nos levava a transmitir o que o real nos mostrava. A função da linguagem seria neutra, algo que necessitávamos, obviamente, mas que não interferia em nosso conhecimento ou no modo como esse se processava. Seu objetivo seria somente demonstrar o que sabíamos, pura e simplesmente. Contudo, cabe perguntar, existiria algo atrás da linguagem para ser desvelado, descoberto por nossa consciência? Ou seria ela, também, formadora e parte desse real do qual aparece simplesmente como acessório?

Se a linguagem não é somente um acessório estético, mas se ela forma a compreensão que temos do real, é necessário uma compreensão de como esta se forma e que imbricação ela nos dá nas fontes, em nossos textos e em nosso trabalho, como historiadores. Ou seja, é possível entendermos a língua como elemento político, capaz de intervir no mundo social e, ao mesmo tempo, base para a formação e compreensão da maneira como o indivíduo percebe e é compreendido pelos seus contemporâneos.

Se entendermos que os clássicos da literatura, da filosofia e da política são frutos de disputas políticas e discussões de seu tempo e não textos a-históricos que respondem perguntas “atemporais”, podemos compreender a dinâmica das mudanças na língua que

revelam, na sua própria formulação, transformações e formações exteriores a ela. Desta forma, pretendo apresentar neste artigo, de forma sumária, as contribuições de Quentin Skinner para a compreensão da linguagem e sua atuação nos clássicos do pensamento político. No entanto, mesmo que o historiador inglês tenha pensado, primeiramente, essas formulações para os grandes nomes na história da filosofia, é possível utilizá-las para refletir sobre textos literários, em suas diferentes formulações. Ou seja, o que desejo aqui é apresentar uma possível abordagem no sentido de entender os textos vinculados à literatura não como mero deleite intelectual, mas como objetos de intervenção política e de tomada de posições frente a discussões de seu momento histórico.

O texto como intervenção política: a metodologia de Quentin Skinner

“Uma Revolução na história do pensamento político”⁵, com esta frase emblemática Kari Palomen, professor da Universidade de Jvaskyla (Finlândia), procura definir em seu livro a influência de Quentin Skinner, professor *regius* da Universidade de Cambridge, no âmbito da *história das idéias*. A afirmação pode passar como um pouco exagerada e o próprio historiador inglês não concordaria com ela, já que, segundo suas palavras, retiradas da epígrafe das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, “todos os avanços são menos importantes do que parecem”⁶. Segundo ele, embora os historiadores de sua geração tenham mudado a forma de se fazer história intelectual, é simples verificar de onde estavam tirando suas ideias. Uma análise que poderíamos afirmar, “skinneriana” sobre si mesmo e seus colegas de profissão e de empreendimento.

Sendo ou não uma revolução, Quentin Skinner se destaca como uma referência no estudo da história intelectual. Tornou-se praticamente impossível escrever história do pensamento político, especialmente no que se refere ao continente europeu, sem conhecer seus trabalhos, seja para adotá-los ou contestá-los. Seus artigos e livros vão de pressupostos teórico-metodológicos até o estudo mais sistemático de pensadores clássicos, como Hobbes e Maquiavel, lugar onde procurar unir teoria e prática.

Para o professor finlandês, no entanto, as teorias de Quentin Skinner podem ser chamadas de uma revolução por alguns motivos. Segundo ele, o historiador inglês destacou-se pelas novas abordagens que proporcionou aos estudos de pensadores canonizados pela tradição. Sua interpretação dos clássicos delimitou-se por novas perspectivas, novas fontes e novos modos de leitura. Usando o elemento linguístico como essencial, num sentido

principalmente político do termo, Skinner teria unido, em sua linha interpretativa, a visão de John Langshaw Austin, segundo a qual “é possível fazer coisas com palavras” e a de L. Wittgenstein, que “as palavras são atos⁷”.

No caso de Wittgenstein, o professor inglês soube utilizar, em sua análise histórica, vários elementos presentes em sua filosofia da linguagem. Para Wittgenstein, as palavras só adquirem significado no fluxo da vida. Como uma caixa de ferramentas, as palavras podem até ser semelhantes, mas seu uso mostra que elas só adquirem funções de acordo com a maneira como são utilizadas. Elas não têm uma função em si, mas de acordo com seu uso, nas interlocuções. O sentido e o significado dos termos se dão nos *jogos de linguagens*. Esses variam de acordo com o grupo que faz parte da discussão e do tempo em que são colocados. Contrário a uma visão agostiniana que as palavras correspondem necessariamente a imagens mentais, ou seja, que sempre há algo “oculto” na mente por trás da linguagem, Wittgenstein enfatiza o sentido dos termos no momento da fala. O aprendizado das palavras não se dá, segundo a visão do filósofo, por uma inter-relação entre o mental e a fala, como tendemos a pensar, mas por meio do próprio ato de falar, semelhante à forma como as crianças aprendem, ou seja, pela repetição.

Podemos também imaginar que todo processo do uso das palavras é um daqueles jogos por meio dos quais as crianças aprendem sua língua materna. Chamarei esses jogos de “*jogos de linguagem*” (...) Com efeito o que nos confunde é a uniformidade da aparência das palavras, quando estas nos são ditas, ou quando com ela nos defrontamos na escrita e na imprensa (...) Nossa linguagem pode ser considerada como uma velha cidade: uma rede de ruelas e praças, casas novas e velhas, e casas construídas em diferentes épocas; e isto tudo cercado por uma quantidade de novos subúrbios com ruas retas e regulares e com asas uniformes [grifos no original]⁸.

Já de Austin, Quentin Skinner parece ter transportado para a análise histórica a base de sua filosofia da linguagem exposta no livro, fruto de conferências em Oxford, *Quando dizer é fazer* (How to do things with words⁹). Austin se insere numa tradição britânica da filosofia da linguagem e confronta-se com o Empirismo e com o Idealismo Absoluto¹⁰, dominantes na Grã Bretanha naquele momento. Na visão da Filosofia Analítica, a filosofia deve elucidar os elementos da nossa experiência, não só através da análise da forma lógica das sentenças e seus elementos constitutivos (natureza e estrutura da linguagem), mas compreendendo como determinadas palavras adquirem significados, através do seu uso nas relações do dia a dia. Ou seja, como se dá a ação, a percepção e o conhecimento, já que, para Austin, em muitos momentos, a fala tem caráter contratual entre os falantes. Aqui entram os “atos de fala”, elemento que Skinner usará em sua análise de textos ligados à historiografia.

De acordo com Austin, existem dois tipos de proferimentos, o constativo e o performativo. O constativo se refere a termos que são verdadeiros ou falsos por constatação, tais como “o céu é azul” ou “o livro é preto”. Já os performativos não são necessariamente “falsos” ou “verdadeiros”, mas tem caráter de contrato entre os falantes: a fala dos noivos em um casamento, um batismo, etc. Os atos performativos estão divididos em três dimensões. A primeira seria o *ato locucionário*, ou seja, “dizer algo”, com locuções ou unidades completas do discurso: palavras, ruídos, etc. A segunda seria o *ilocucionário*, o sentido que determinado termo adquire em certa ocasião, em outras palavras, seu uso, que pode ser sugerindo, advertindo ou ordenando, entre outros. Neste caso, este ato se dá de acordo com as convenções. A terceira e a última é o *perlocucionário*, o resultado da fala, seu efeito naquele que ouve, que pode ser diverso das intenções de seu ator. Nas palavras do tradutor de Austin:

Na verdade, o conceito mesmo de significado se dissolve, dando lugar a uma concepção de linguagem como um complexo que envolve elementos do contexto, convenções de uso e intenção dos falantes. As condições de realização do ato de fala (...) explicitam exatamente estas características: a investigação filosófica da linguagem deve realizar-se com base não em uma *teoria do significado*, mas em uma *teoria da ação*¹¹ [grifos no original].

O historiador inglês traz para a história a análise de Austin na Filosofia Analítica. A linguagem não é mero artefato ou algo que revela um real alheio a ela. Pelo contrário, Skinner vê a escrita dos pensadores canonizados como veículos de ação: ela também é um ato político. Seu objetivo era não só ver os pensadores e o que eles disseram sob determinado assunto, por mais que a tentação fosse essa, devido à complexidade de alguns, mas a matriz ampla que possibilitou determinada formação de seu pensamento. Cada momento histórico ao mesmo tempo em que possibilita certas formas de compreensão e expressão, limita os vocábulos disponíveis e os modos como os elementos podem ser expressos. Formas de entendimento são transmitidas e, muitas vezes, não contestadas e verificadas. Entretanto, se, por um lado, conceitos são herdados, outros surgem numa sociedade em constante transformação como é a contemporânea.

Ao longo dos quarenta anos, Quentin Skinner levantou, além de admiradores, “um número constrangedoramente numeroso de críticos”¹² segundo suas próprias palavras. Muitas críticas foram rebatidas por ele e o fizeram refletir e inserir seus argumentos em outros termos. No entanto, mesmo que o professor tenha revisto vários pressupostos de sua metodologia, já que, segundo suas palavras, “já não há o que combater¹³”, em termos gerais, o

historiador inglês continua defendendo a mesma prática historiográfica que o impulsionou no início de sua trajetória.

Quentin Skinner tornou-se professor aos 21 anos¹⁴, sendo então convidado a tornar-se membro oficial do *Christ's College*. Embora ainda não fizesse doutorado, segundo o próprio historiador, Peter Lastell (professor de Cambridge) tornou-se uma espécie de tutor. Nesta época, Lastell tinha recém publicado sua obra sobre Locke, *John Locke, Two Treatises on Government* (John Locke, Dois Tratados sobre o Governo¹⁵). Entretanto, de acordo com Skinner, o historiador inglês tinha uma ideia muito estranha sobre seu próprio trabalho. Lastell, em seu livro, procurava mostrar que os textos de Locke não eram peças arquitetônicas de um sistema filosófico atemporal, antes eram peças de ocasião, circunstanciais a momentos específicos. No entanto, ele acreditava que o tipo de trabalho que fizera com Locke não era possível de fazer sobre alguém como Hobbes, por exemplo, já que era um sistema detalhadamente projetado, que começava com uma teoria da natureza humana e chegava à ideia de Estado. Skinner discordou enfaticamente do historiador crendo que o que se fez com Locke seria possível de se fazer com qualquer texto filosófico, por mais atemporal que se mostrasse a um primeiro olhar. Aceitando o desafio de provar que estava certo, Skinner foi a Clatsworth¹⁶ investigar se haveria algum manuscrito relevante para a recuperação do contexto político de Hobbes. Para sua surpresa, ninguém ainda havia feito isso ainda. De acordo com ele, um pequeno manuscrito revelava, por exemplo, que Hobbes, um dos maiores teóricos políticos, fazia comentários específicos sobre o que estava ocorrendo no Parlamento. Segundo o historiador¹⁷, a questão girou em torno de levar a sério o desafio e ouvir o conselho de Lastell, um historiador e não um filósofo, que teria, neste caso, preocupações e questões diferentes.

Kari Palomen¹⁸, no livro em que analisa a trajetória de Quentin Skinner, afirma que, quando Lastell escreveu seu livro, existia, no mundo acadêmico, especialmente no continente Europeu, um sentimento de “fim das ideologias” e da filosofia política. A história seria, dentro desse horizonte, um dos caminhos para o estudo do pensamento político. Curiosamente, Lastell, que havia declarado o fim da filosofia política traz, com sua obra, sementes de uma revolução na maneira como os clássicos são lidos. A intenção dele seria ler os pensadores como eles gostariam de ser lidos, com suas teorias inseridas em debates que eram próprios de seu tempo e faziam parte de seu cotidiano. A linguagem de cada época e a análise de seu uso nos possibilita, segundo esta proposta, o entendimento das ações do passado.

Skinner enfatiza a intencionalidade do autor na sua escrita, ou seja, não cabe ao historiador inserir numa obra um sentido estabelecido posteriormente, como comumente se fazia. Embora exista a possibilidade que, futuramente, a explicação de dado texto seja feita de forma mais completa ou convincente, Skinner procura compreender o sentido do ato para seu ator. Não há antecipação de certa ideia e nem possibilidades de construir genealogia dos conceitos, já que, eles são usados localmente, com objetivos e públicos alvos restritos e não amplos¹⁹.

No entanto, tal como colocado por Austin, existe uma diferença entre o *ato ilocucionário*, ou seja, o sentido de determinado vocábulo e o *perlocucionário*, a consequência gerada através de certo texto. Além disso, a ideia de intenção transmite-nos uma dimensão da posse do autor sob seus textos, algo impraticável com clássicos, já que esses se tornam de domínio público. Até que ponto, portanto, podemos delimitar as intenções do autor a partir do resultado de seu texto? Seriam essas suas intenções e não outras? Até que ponto o escritor tem consciência total de suas intenções antes de escrever? Elas não poderiam surgir conforme a composição textual ou mesmo posteriormente? Seria possível que as intenções fossem somente uma leitura nossa sobre o autor do passado e não algo que esse tenha consciência?

Conforme aponta J. G. Pocock²⁰, há, portanto, o risco de cair-se no círculo hermenêutico que faz sentido para nós, mas jamais faria para nosso autor do passado. Entretanto, através da familiaridade com certo vocabulário e a inter-relação com outros textos, é possível testar possibilidades de entendimento através das estratégias linguísticas de certos autores e dos elementos inovadores que esses inserem na sua escrita. Para Pocock, o historiador do discurso político deve debruçar-se não só sob textos canônicos, mas sob as correspondências, textos secundários e panfletos do período que estuda a fim de traçar possibilidades mais concretas de entendimento do que tem como alvo.

Em 1957, Pocock publicou sua dissertação, *The Ancient Constitution and the feudal Law* (A Constituição Antiga e a Lei Feudal), a qual seria um dos trabalhos mais influentes na trajetória acadêmica de Skinner. Na série *Philosophy, Politics and Society* (Filosofia, Política e Sociedade)²¹, Pocock, então professor da Nova Zelândia, publicou o que seria o primeiro artigo metodológico do contextualismo lingüístico. Quentin Skinner ficara, na época, muito impressionado com o trabalho devido aos diferentes níveis de abstração sobre diversos pensadores políticos²². Embora, posteriormente, tenha sido Skinner quem mais se preocupou com a sistematização da metodologia da história das ideias, seus primeiros passos foram dados por Pocock e ele teria, na trajetória intelectual do professor inglês, grande influência.

Assim, Pocock e Lastell foram essenciais para a construção do pensamento de Skinner e de sua relação com a história do pensamento político. Por outro lado, R. G. Collingwood²³, filósofo britânico, tornou-se para os contextualistas uma inspiração, já que conseguiu unir em seu trabalho filosofia e história, por intermédio da arqueologia. Além disso, dele viria a lógica de pergunta e resposta, entendendo os textos como respostas a determinados contextos. Não existiriam diferentes respostas para uma mesma pergunta, mas diferentes respostas para questões diversas. Os clássicos, tais como outros de sua época, escreveram para o seu tempo, com a intenção de intervir e ser entendido por seus contemporâneos.

Assim, textos literários e filosóficos são objetos políticos e é tarefa do historiador penetrar nestes meandros, entendendo a intencionalidade de sua escrita, de acordo com as possibilidades que se abriam no contexto em que estava colocado. Para Skinner, estudar o contexto de determinada obra não é algo deslocado do ato de analisar o próprio texto. Pelo contrário, na análise do contexto já está embutida a interpretação. Segundo o professor, muitas críticas a textos são em direção a posições que os próprios autores jamais defenderiam como suas²⁴. Ou seja, para ele, o passado deve ser buscado em seus próprios termos, inserido nas convenções linguísticas disponíveis em determinado momento.

Quando Skinner escreve desta forma, deseja atacar um modo específico de escrever história das ideias. Embora atualmente não exista mais esse tom de “combate”, seus primeiros pressupostos continuaram a marcar seus textos, mesmo que existam modificações em seus argumentos no decorrer dos anos, pelas próprias defesas que fez às críticas que recebeu²⁵. O historiador inglês desejava, segundo suas palavras, não um enfoque alternativo, que ainda guardasse elementos da visão que contrapunha, mas uma “reestruturação da casa”, com a “derrubada” de seus alicerces²⁶. Arthur Lovejoy²⁷, pela sua própria importância dentro da história das ideias era um dos seus alvos centrais.

O historiador inglês sistematiza uma nova forma de fazer história do pensamento filosófico, pois, segundo ele, a história das ideias de então era trabalhada de forma análoga àquela trabalhada por alguns filósofos. Ou seja, uma história da filosofia muito descolada do contexto intelectual e político que lhe deram origens. No texto *Meaning and Understanding in the history of Ideas* (Significado e compreensão na história das ideias)²⁸, chamado pelo próprio Skinner de “manifesto”, o autor demonstra o caráter de embate contra algo específico que vislumbra como norma na academia. Escrito para irritar e combater, o texto tinha alvos claros. Sua pretensão está dentro de uma dessacralização dos textos clássicos, colocando-os como respostas a problemas específicos de seu momento particular.

Embora Skinner contraponha-se a dois modos correntes de se fazer história das ideias, um “contextualista” e outro que pressupõe a “autonomia do texto”, suas argumentações se dirigem à segunda metodologia, mais corrente entre os historiadores do pensamento²⁹. A primeira forma de estudo se daria pela análise do contexto como elemento de explicação total do texto. Ou seja, de um meio que justifica completamente certo modo de pensar dos pensadores. A segunda metodologia pressupõe o texto como única fonte de explicação, sem um estudo do contexto histórico que possibilita certa forma de escrita. O que Skinner propõe não é um “meio termo”, um caminho do meio entre as duas formas de pensar, ele coloca a história das ideias de maneira nova sem se propor herdeiro dessas formas de pensamento, que considera inadequadas.

Segundo o historiador inglês, estudar o texto de pensadores sem uma análise contextual coloca como pressuposto uma sacralização desses escritos, já que sua leitura se justificaria por conterem ideias universais, de uma sabedoria de aplicação eterna³⁰. Sua leitura se justificaria, portanto, na crença de que os clássicos trariam, em sua escrita, elementos de uma sabedoria universal e respostas para nosso tempo, mesmo vivendo em contextos tão diferenciados. Assim, os textos filosóficos responderiam a perguntas atemporais, mesmo que essa não fosse sua real intenção. Na visão de Skinner, tais formas de estudo imputam aos autores questões que não são as suas e problemas que não se apresentam disponíveis naquele momento. Encaixotando os pensadores em conceitos fundamentais, se pressuporia uma unidade de pensamento que ultrapassa a própria história. Citando como exemplo Lovejoy, Skinner³¹ contrapõe-se ao objetivo de concentrar-se nas ideias unidades e a possibilidade de rastreá-las por vários períodos. “Meu interesse aqui é, no entanto, não empírico, mas conceitual: não insistir que essas histórias podem, às vezes, resultar mal, mas que nunca podem sair bem³²”. O erro estaria, segundo o professor, na própria pressuposição de existir algum significado essencial, já que os termos mudam completamente de sentido de acordo com seu uso.

Ler os textos do passado como sendo “puros”, segundo esta visão, nos levaria inevitavelmente a uma leitura anacrônica, já que nossos preconceitos e pré-concepções seriam norteadores da visão sobre determinada obra. Nossas experiências, arcabouços conceituais e leituras nos levariam a afirmações e interpretações que o próprio autor não aceitaria como suas. De acordo com o professor, esta metodologia acaba por trazer consigo várias mitologias que encobririam uma compreensão mais profunda do texto.

Embora não coloque a mesma ênfase, Skinner critica os contextualistas, aqueles que, segundo ele, tomavam os textos como mero reflexo do contexto social. Segundo o historiador inglês, embora o contexto contribua para explicar determinado texto, ele não nos leva a uma compreensão do sentido que o autor desejou dar a sua escrita. O professor vê a escrita como ato deliberado de comunicação, de ação política, visando o convencimento e a adesão, inserido em um contexto linguístico que lhe é próprio. Para ele, mais importante que o contexto social é os mecanismos linguísticos disponíveis em dada época e como determinado autor se utiliza deles na escrita. “Tenho procurado insistir que a compreensão do texto pressupõe apreensão do que pretendia significar e como se pretendia que tivesse esse significado³³”.

Se fossemos usar uma metáfora, diríamos que, para Quentin Skinner, os significados dos termos e das ideias estão no campo do sublunar³⁴. Ou seja, das incertezas e das mudanças que atingem a fixidez aparente de elementos que aparentemente são universais. As estratégias linguísticas usadas por determinado autor para se fazer compreender e, talvez, satirizar, ironizar e ridicularizar certo adversário podem passar despercebidas por uma leitura que não abarque o contexto linguístico em que o autor está inserido. Além disso, certo escritor pode voluntariamente usar-se da ambiguidade a fim de alcançar seus objetivos em termos de ataque ou convencimento, por exemplo.

A história das ideias, para o professor, se daria pelo estudo não dos significados dos termos, mas em seus usos em determinados contextos linguísticos. Ou seja, a compreensão do “por que” determinado termo foi adotado e que sentido teria seu uso em certa locução verbal. Não existe, segundo ele, uma história das ideias de um reino eterno, antes existe uma história dos agentes que se utilizaram das ideias e as intenções, as situações e os locais nos quais fizeram isso³⁵. Além disso, é importante a análise do público alvo do autor, pois, de acordo com esse, ele se utilizará de uma ou outra estratégia para convencer.

O contexto, para o historiador, seria um “tribunal de apelação” que nos possibilita delinear que significados seriam possíveis em sociedades, caracterizadas desta maneira. Sem perguntas ou respostas atemporais, os enunciados seriam vistos como uma intenção particular em uma oportunidade singular. Isso não desvaloriza os clássicos, mas os mostra consagrados a seus próprios e remotos problemas e não com a presunção que eles também se ocupariam de nossas questões.

O conhecimento da história das ideias serviria para mostrar até que ponto as características que nós colocamos como verdades tradicionais e, inclusive, atemporais, podem ser, na realidade, as mais meras contingências de nossa história e estrutura singular. Descobrir, graças à história do pensamento, que não há conceitos

atemporais, mas unicamente variados e diferentes, que acompanham as diversas e diferentes sociedades, é uma verdade geral que não só se refere ao passado, mas também a nós mesmos³⁶.

Como coloquei anteriormente, a proposta de Skinner refere-se, principalmente, aos clássicos do pensamento político. No entanto, se entendermos que os textos literários podem ser, também, objetos políticos e que não refletem simplesmente certo contexto social e político, mas são objetos de discussão e de intervenção no cenário político, podemos usar a metodologia exposta acima para a análise desses. Compreender como cada escritor se utiliza de certo vocabulário disponível em seu momento para expor suas ideias é uma das formas de compreender como funciona esta grade chamada linguagem, que forma o escritor, mas que, ao mesmo tempo, modifica-se pelo uso que esse faz dela, seja por novos sentidos, seja pelo deslocamento de sentido em relação ao que os seus possíveis leitores esperavam de seus textos. Mapear certas redes de sentido e entender como essas se formam e se transformam nos permite perceber que a linguagem não é mero acessório, mas que produz, modifica e transforma a forma como compreendemos o mundo e intervimos nele.

¹ Formada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é mestranda em história pela mesma instituição, desenvolvendo trabalho referente à história intelectual e história das ideias. Atualmente, trabalha no desenvolvimento de projetos culturais e atua como tutora no curso de aperfeiçoamento "Educação para a Diversidade".

² ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 79 e 80.

³ Hannah Arendt, em seu livro *Entre o Passado e o Futuro* (2000), traça, em linhas gerais, as diversas formas de auto-entendimento pelas quais a historiografia passou. Quando ela fala sobre a relação entre nosso moderno conceito de história e a nossa visão das ciências naturais, a filósofa revela o quanto ultrapassada esta se encontra. Mesmo para os estudiosos de jaleco branco, luvas e laboratórios, no nosso imaginário de "ciência", a subjetividade do pesquisador torna-se cada vez mais evidente. "(...) Os cientistas naturais admitem agora que, com o experimento, que verifica processos naturais sob condições prescritas, e com o observador, que ao observar o experimento se torna uma de suas condições, introduz-se um fator "subjetivo" nos processos "objetivos" da natureza (...). Em outras palavras, sendo o experimento "uma pergunta formulada à natureza" (Galileu), as respostas da Ciência permanecerão sempre réplicas a questões formuladas por homens; a confusão da "objetividade" consistia em pressupor que pudesse haver respostas sem questões e resultados independentes de um ser formulador de questões (...)" (Ibidem, p. 79).

⁴ O termo *giro linguístico* foi elaborado por Richard Rorty. Contudo, vários intelectuais podem ser relacionados ao fenômeno. O ponto de vista de que a linguagem constitui a realidade é contrário à intuição e grande parte da tradição ocidental de filosofia. No entanto, embora tais textos refiram-se às décadas de 60 e 70 do século XX, somente na década de 90 tais pressupostos foram discutidos com mais profundidade na historiografia brasileira.

⁵ PALOMEN, Kari. *Quentin Skinner: history, politics, rhetoric*. Cambridge: Polity Press, 2003, p. 01.

⁶ SKINNER, Quentin. Entrevista. In: Burke, Maria Lúcia Garcia Pallares. *As muitas faces da História: nove entrevistas*. São Paulo: editora UNESP, 2000, p. 318 e WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

⁷ PALOMEN, *Op. Cit.*, p. 01-05.

⁸ WITTGENSTEIN, *Op. Cit.*, p. 30-32.

⁹ AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução de Daniel Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médias, 1990.

¹⁰ Segundo Danilo Marcondes Filho, tradutor de Austin, enquanto o Idealismo Absoluto defende a identificação da realidade com a totalidade, com a consciência de que o indivíduo também faz parte do absoluto, o Empirismo

reduz a realidade à experiência do sujeito empírico. SOUZA FILHO, Daniel Marcondes. Introdução. In: Austin, *Op. Cit*, p. 11

¹¹ SOUZA FILHO, Daniel Marcondes. Introdução. In: Austin, *Op. Cit*, p. 11

¹² Para um panorama geral das críticas feitas a Quentin Skinner e das respostas dele a elas ver J. Tully e Ricardo Silva . TULLY, J (Ed). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Cambridge: Polity Press, 1988 e _____ . Convenções, intenções e ação linguística na história da teoria política: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. *Trabalho apresentado no V Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: http://starline.dnsalias.com:8080/abcp/cadastro/atividade/arquivos/21_7_2006_16_34_52.pdf.

¹³ SKINNER , *Op. Cit* , p. 315.

¹⁴ Quentin Skinner está na Universidade de Cambridge desde os dezessete anos. Foi neste meio que construiu sua trajetória, seus debates e fez suas leituras. Embora isso o leve a certas limitações, já que muitas de suas interlocuções tendem a ser regionalizadas (no entanto, pelas mais de quinze traduções que tiveram suas obras, podemos afirmar que há muito seus trabalhos romperam as fronteiras do regional), o próprio Skinner afirma que escolheu viver na Inglaterra e que este ambiente acadêmico lhe oferece elementos extraordinários de trabalho. Há ganhos, segundo ele, em estar neste local, mas há perdas também, como toda escolha pessoal ou metodológica, poderíamos acrescentar (SKINNER , *Op. Cit* p. 338).

¹⁵ LASTELL. Junior. Introduction. In: *John Locke, Two Treatises on Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

¹⁶ Mansão em Derbyshire, do duque de Devonshire, patrão de Hobbes, onde estão guardados a maioria dos arquivos do filósofo.

¹⁷ SKINNER , *Op. Cit* , p. 314.

¹⁸ PALOMEN, *Op. Cit*, p. 11.

¹⁹ Skinner, Quentin. Significado e comprensión em La historia de las ideas. Tradução de Horacio Pons. In: *Primas - Revista de História Intelectual*, Quilmes, nº4, 2000.

²⁰ POCOCK, J.G.A. *Linguagens do Ideário Político*. Tradução de Flávio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 23.

²¹ POCOCK, J.G.A. The concept of a language and the métier d'historien: some considerations on practice. In: Anthony Pagden (ed). *The languages of political theory in early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

²² PALOMEN, *Op. Cit*, p. 15.

²³ COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de história*. Tradução de Alberto Freire. Lisboa: Editora Presença, 1981.

²⁴ SKINNER, Quentin. Entrevista. In: Burke, Maria Lúcia Garcia Pallares. *As muitas faces da História: nove entrevistas*. São Paulo: editora UNESP, 2000, p. 320.

²⁵ FERES JUNIOR, João. De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. In: *Dados- Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.48, nº3, 2005, P.665-680

²⁶ SKINNER , *Op. Cit* , p. 149-191.

²⁷ LOVEJOY, Arthur. *A Grande cadeia do ser: um estudo de uma ideia*. São Paulo: Editora Palíndromo, 2005.

²⁸ SKINNER , *Op. Cit* .

²⁹ SKINNER , *Op. Cit*, p. 149-191

³⁰ SKINNER , *Op. Cit*, p. 150.

³¹ SKINNER , *Op. Cit*.

³² SKINNER , *Op. Cit*, p. 177.

³³ SKINNER , *Op. Cit*, p. 184.

³⁴ Utilizo-me aqui de um termo empregado pelo historiador francês Paul Veyne, que parafraseou a visão cosmológica de Aristóteles, segundo o qual o mundo estaria dividido em duas regiões distintas, terrestre (sublunar) e celeste (supralunar). O primeiro seria o lugar do acaso, do contingente, da corrupção e do indeterminado, já o supralunar seria o das leis universais. Nosso estudo estaria, portanto, no sublunar, lugar da indeterminação. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UNB, 1982.

³⁵ SKINNER , *Op. Cit*, p. 179.

³⁶ SKINNER , *Op. Cit*, p. 191.